

**HABEAS CORPUS Nº 548.275 - RS (2019/0355464-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : IBIRATAN CARDOSO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de IBIRATAN CARDOSO DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso em sentido estrito, por acórdão que tem a seguinte ementa (fl. 413):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIMES DOLOSOS E CULPOSOS CONTRA A PESSOA. PRONÚNCIA POR HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ARTIGO 14, II, AMBOS DO CP). INCONFORMISMO DEFENSIVO. De início, destaco que ainda que não tivesse sido efetuado exame de corpo de delito, tal não seria peça imprescindível para atestar a materialidade delitiva.

A prova contida nos autos autoriza a manutenção da sentença que pronunciou o réu, inviabilizando a acolhida dos pleitos defensivos de impronúncia, absolvição sumária, ou de desclassificação do delito, por ausência de animus necandi em seu agir.

De igual forma, o afastamento de circunstâncias qualificadoras, na fase processual da pronúncia, somente é permitido em caso de improcedência manifesta, o que inócorre no presente feito, quanto ao motivo fútil e recurso que dificultou a defesa. RECURSO IMPROVIDO.

O paciente foi pronunciado pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, II e IV, c/c o 14, II, ambos do CP.

O impetrante sustenta a existência de constrangimento, tendo em vista a ausência de prova técnica a corroborar o pronunciamento do paciente, a saber, exame de corpo de delito, não sendo suficiente o exame indireto realizado.

Por isso, requer a concessão do *habeas corpus* para reconhecer a falta de justa causa e impronunciar o paciente.

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de impronúncia, por ausência de justa causa, é claramente satisfativa, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator